

**Marx e o Estado\***

David Adam

Em abril de 1917, o anarquista russo Voline encontrou Leon Trotsky em uma gráfica de Nova York. Naturalmente, os dois estavam produzindo propaganda revolucionária. Discutindo a situação russa, Voline disse a Trotsky que ele considerava certo que os bolcheviques chegariam ao poder. Ele prosseguiu dizendo estar igualmente certo de que os bolcheviques perseguiriam os anarquistas, uma vez que seu poder tivesse sido consolidado. Trotsky, surpreendido pela convicção de Voline, enfatizou que os marxistas e os anarquistas eram ambos socialistas revolucionários lutando a mesma batalha. Embora fosse verdade que eles tivessem suas diferenças, essas diferenças, de acordo com Trotsky, eram secundárias, meramente diferenças metodológicas – principalmente um desacordo em relação a um “estágio de transição” revolucionário. Trotsky prosseguiu descartando como sem sentido a previsão de Voline de perseguição aos anarquistas, assegurando a ele que os bolcheviques não eram inimigos dos anarquistas. Voline relata que em dezembro de 1919, menos de três anos depois, ele foi preso pelos militares bolcheviques na região makhnovista<sup>1</sup>. Uma vez que ele era um militante bem conhecido, as autoridades notificaram Trotsky de sua prisão e indagaram como deveriam lidar com ele. A resposta de Trotsky foi seca: “Atirem à vontade – Trotsky”. Felizmente, Voline sobreviveu para contar a história<sup>2</sup>.

É com base na experiência russa que os anarquistas geralmente afirmam que suas ideias têm sido justificadas. As previsões de Bakunin sobre o autoritarismo marxista se realizaram, ou assim parece. A história de Voline é o retrato perfeito da justificativa histórica anarquista. Anos mais tarde, outro destacado anarcossindicalista

\* Texto original disponível em <https://libcom.org/library/karl-marx-state>. Tradução Mauro José Cavalcanti.

<sup>1</sup> Região da Ucrânia, não dominada pelos bolcheviques e tendo com um dos principais ativistas Nestor Makhnó, nome do qual deriva “makhnovista” (Nota RMA).

<sup>2</sup> Voline, “The Unknown Revolution,” in *No Gods, No Masters: An Anthology of Anarchism*, ed. Daniel Guérin (Oakland: AK Press, 2005), p. 476-477.

ênfatiou a principal lição da experiência russa:

Na Rússia... onde a assim chamada “ditadura do proletariado” amadureceu na realidade, as aspirações de um determinado partido pelo poder político impediu qualquer reconstrução verdadeiramente socialista da economia e forçaram o país para a escravidão de um cruel capitalismo de estado. A “ditadura do proletariado”, na qual alguns espíritos ingênuos desejam ver meramente um estágio de transição passageiro, mas inevitável, para o Socialismo real, hoje desenvolveu-se em um terrível despotismo e um novo imperialismo, que em nada fica atrás da tirania dos estados Fascistas. A afirmação de que o estado deve continuar a existir até os conflitos de classe, e as classes com eles, desaparecerem, soa, à luz de toda a experiência histórica, quase como uma piada de mau gosto”<sup>3</sup>.

Aqui está, brevemente, o veredito histórico passado ao marxismo pelo anarquismo. Mas este veredito desacredita as teorias do suposto criador do marxismo, o próprio Karl Marx? Este ensaio começará com um olhar ao entendimento básico de Marx do estado burguês e prosseguirá para considerar sua concepção da transição para o socialismo a fim de desmistificar as ideias políticas de Marx.

### **O Estado Burguês**

A crítica de Marx ao estado burguês, ou sua “crítica da política”<sup>4</sup> primeiro se desenvolveu a partir de uma confrontação crítica com Hegel. O melhor lugar para começar é, assim, sua *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel* de 1843, em que Marx questiona a justificativa dialética de Hegel para o *status quo*. Há duas principais linhas de argumentação nas quais devemos prestar cuidadosa atenção: (1) a concepção de Marx do estado político como uma esfera separada e (2) sua concepção radical de democracia direta em oposição à democracia do estado burguês.

De acordo com a teoria burguesa, na “sociedade civil” os cidadãos individuais perseguem seus próprios interesses particulares em competição com e às expensas dos outros cidadãos<sup>5</sup>. No estado, por outro lado, somente o interesse geral é buscado. O

---

<sup>3</sup> Rudolf Rocker, *Anarcho-Syndicalism: Theory and Practice*. Oakland: AK Press, 2004, p. 12-13.

<sup>4</sup> Em 1845 Marx assinou um contrato (que ele não cumpriu) com o editor Leske para a publicação de uma obra em dois volumes intitulada “Crítica da Política e da Economia Política.” Maximilien Rubel, “A History of Marx’s Economics,” em *Rubel on Karl Marx: Five Essays*, ed. Joseph O’Mally and Keith Algozin. Cambridge: Cambridge University Press, 1981, p. 123.

<sup>5</sup> “Sociedade civil” foi o termo que Hegel usou para descrever as relações sociais independentes da família e do estado – o reino “livre” do comércio.

estado paira sobre a sociedade civil, tanto para agir como uma força limitadora da competição (declarando que certas formas de competição são ilegais), quanto para fornecer o arcabouço básico no qual a competição acontece (mediante contratos legais, leis de propriedade, e assim por diante). Desta forma, supõe-se que o estado garanta direitos iguais a todos os cidadãos.

Marx atacou veementemente esta teoria como ela era encontrada em Hegel. Longe de ver o estado como um árbitro neutro que serve para efetivar a liberdade individual, Marx considerou o estado como uma esfera da vida social não somente separada da, mas também oposta a, sociedade civil. Para Marx, esta contradição entre o estado e a sociedade civil é característica de uma sociedade dividida contra si mesma, na qual as funções do governo são administradas contra a sociedade. Marx escreve: “A ‘polícia’, o ‘judiciário’, e a ‘administração’ não são representantes de uma sociedade civil que administra seus próprios interesses universais neles e por meio deles; eles são os representantes do estado e sua tarefa é administrar o estado contra a sociedade civil”<sup>6</sup>. Além disso, a ideia do interesse geral de todos os cidadãos sendo satisfeito dentro do estado burguês era, desde o início, uma ficção. Primeiramente, os “burocratas” que desempenham atividades estatais, usam os poderes gerais do estado para perseguir seus próprios interesses particulares dentro da hierarquia estatal. Marx escreve: “Quanto ao burocrata individual, o propósito do estado torna-se seu propósito privado, *uma caçada por promoção, carreirismo*”<sup>7</sup>. Em segundo lugar, a participação de indivíduos privados nas atividades estatais de fato não protege aqueles indivíduos das distinções de classe que constituem a sociedade civil. Ao contrário, os indivíduos entram na vida política com aquelas distinções de classe: “As *distinções de classe* da sociedade civil tornam-se, assim, estabelecidas como distinções políticas”<sup>8</sup>.

Ao elaborar a posição contraditória dos burocratas do estado, Marx está simultaneamente denunciando as relações hierárquicas competitivas da esfera política, que, embora supostamente satisfazendo o interesse geral dos cidadãos, de fato

---

<sup>6</sup>Karl Marx, “Critique of Hegel’s Doctrine of State,” em *Karl Marx: Early Writings*, trad. Rodney Livingstone e Gregor Benton. New York: Vintage, 1975, p. 111.

<sup>7</sup>*Ibid.*, p. 108.

<sup>8</sup>*Ibid.*, p. 136.

descartam a própria igualdade social e a transparência necessárias para que um interesse geral democrático venha a emergir. Aqui, a concepção básica de Marx de democracia, uma forma social em que a sociedade “administra seus *próprios* interesses universais” é esboçada. Esta concepção radical de democracia deve ser diferenciada de uma democracia representativa em que os representantes que, embora eleitos, detêm o poder real. As contradições do moderno governo burguês são brevemente delineadas por Marx:

A separação do estado político da sociedade civil toma a forma de uma separação dos deputados e seus eleitores. A sociedade simplesmente delega elementos de si mesma para que se tornem sua existência política. Existe uma dupla contradição: (1) Uma contradição *formal*. Os deputados da sociedade civil são uma sociedade que não é conectada a seus eleitores por nenhuma ‘instrução’ ou comissão. Eles têm uma autorização formal mas tão logo esta torna-se *real* eles deixam de ser *autorizados*. Eles devem ser deputados mas não são. (2) Uma contradição *material*. Com respeito aos reais interesses... Aqui encontramos o inverso. Eles têm autoridade como representantes dos assuntos *públicos*, enquanto na realidade representam interesses *particulares*<sup>9</sup>.

Para reiterar o ponto de vista de Marx, existe uma contradição material em comissionar membros de uma sociedade civil dividida e atomizada para de algum modo representar o interesse geral daquela sociedade. Mesmo de um ponto de vista formal, os deputados reconhecidos como derivando seus mandatos unicamente das massas populares, tornam-se, uma vez eleitos, *independentes* de seus eleitores, e estão livres para tomar decisões políticas *em nome delas*. Isto é distinto da visão de Marx de uma sociedade que “administra seus *próprios* interesses universais.” Como coloca Marx: “Os esforços da *sociedade civil* para transformar a si mesma em uma sociedade política, ou para tornar *real* uma sociedade política, manifestam-se na tentativa de atingir uma participação tão real quanto possível na *legislatura*... O estado político conduz uma existência *divorciada* da sociedade civil. Por sua parte, a sociedade civil cessaria de existir de todos se tornassem legisladores”<sup>10</sup>. Há um ponto importante aqui: a separação entre o estado e a sociedade civil *depende* de limitar a participação popular no governo.

A análise de Marx do estado burguês e da sociedade civil é apresentada ainda mais claramente em seu ensaio de 1843, “A Questão Judaica”. Sua análise merece ser

---

<sup>9</sup>*Ibid.*, p. 193-194.

<sup>10</sup>*Ibid.*, p. 188-189.

citada na íntegra:

Onde o Estado político já atingiu seu verdadeiro desenvolvimento, o homem leva, não só no plano do pensamento, da consciência, mas também no plano da realidade, da vida, uma dupla vida: uma celestial e outra terrena, a vida na comunidade política, na qual ele se considera um ser coletivo, e a vida na sociedade civil, em que atua como particular; considera outros homens como meios, degrada-se a si próprio como meio e converte-se em juguete de poderes estranhos. O Estado político conduz-se em relação à sociedade civil de modo tão espiritualista como o céu em relação à terra. Acha-se, com relação a ela, em contraposição idêntica e a supera do mesmo modo que a religião, que a limitação do mundo profano, isto é, reconhecendo-a também de novo, restaurando-a e deixando-se necessariamente dominar por ela. O homem, em sua realidade imediata, na sociedade civil, é um ser profano. Aqui, onde passa ante si mesmo e frente aos outros por um indivíduo real, é uma manifestação carente de verdade. Pelo contrário, no Estado, onde o homem é considerado como um ser genérico, ele é o membro imaginário de uma soberania imaginária, acha-se despojado de sua vida individual real e dotado de uma generalidade irreal<sup>11</sup>.

O “estado político” ao qual Marx se refere aqui é um produto moderno: é somente com base nas relações burguesas que o estado claramente se separa da sociedade civil. A contrastante descrição de Marx das relações feudais nesse ensaio é útil a este respeito: “A velha sociedade civil tinha diretamente um caráter político, isto é, os elementos da vida burguesa como, por exemplo, a possessão, a família, o tipo e o modo de trabalho se haviam elevado ao nível de elementos da vida estatal, sob a forma de propriedade territorial, de estamento ou de comunidade”<sup>12</sup>.

Há uma conexão emergente entre o entendimento de Marx da sociedade burguesa como uma sociedade de produtores privados em competição e o caráter alienado do interesse geral da sociedade, que somente pode ser “irreal”. O estado é alienado e apartado da sociedade civil precisamente porque a sociedade civil burguesa é inerentemente dividida. Como Marx colocaria na *Ideologia Alemã*: “a luta prática destes interesses particulares, que na realidade constantemente contrapõem-se aos interesses comuns e ilusórios, necessita da intervenção prática e restrição pelo ilusório

---

<sup>11</sup>Karl Marx, “On the Jewish Question,” em *Karl Marx: Early Writings*, p. 220.

<sup>12</sup>*Ibid.*, p. 232.

interesse ‘geral’ na forma do estado”<sup>13</sup>. A mais importante aplicação desta análise é a visão de Marx da emancipação social:

“Somente quando o homem individual real recupera em si o cidadão abstrato e se converte, como homem individual, em *ser genérico*, em seu trabalho individual e em suas relações individuais; somente quando o homem tenha reconhecido e organizado suas *forces propres* como forças sociais e quando, portanto, já não separa de si a força social sob a forma de força política, somente então se processa a emancipação humana”<sup>14</sup>.

Marx fala do homem com um ser genérico no sentido de que a consciência humana e o intercuro social diferencia os homens dos animais. Os homens engajam-se na produção social intencional, consciente, transformando a si mesmos e seu ambiente. Mas quando os vínculos sociais entre as pessoas, pelas quais elas expressam seu caráter de espécie, tornam-se um mero meio de existência individual, o homem é separado, ou alienado, de sua essência social<sup>15</sup>. A análise que Marx desenvolve nos anos 1840 é uma crítica unificada da alienação humana, do livramento da produção social do controle dos produtores e da separação do poder político do corpo político. Em sua “Introdução” ao *Primeiros Escritos* de Marx, Lucio Colletti enfatiza a importância da crítica da alienação de Marx para sua análise da sociedade capitalista.

“Quando os indivíduos reais são fragmentados um do outro e tornam-se apartados então sua função de mediação deve por sua vez tornar-se independente delas, ou seja, suas relações sociais, o nexo de reciprocidade que as mantém reunidas. Assim, há um evidente paralelismo entre a hipótese do estado, de Deus, e do dinheiro”<sup>16</sup>.

Os pontos essenciais da crítica de Marx da política foram todos elaborados nos anos 1840. Este é o inescapável fundamento do entendimento de Marx da revolução proletária, a qual é dada vívida expressão na *Ideologia Alemã*:

“Para os proletários... a condição de sua vida, trabalho, e com ela todas as condições de existência da sociedade moderna, tornaram-se algo estranho,

---

<sup>13</sup> Karl Marx e Friedrich Engels, *The German Ideology*, (Amherst: Prometheus, 1998), p. 53. Como colocou Derek Sayer: “É esta sociedade civil, na qual indivíduos atomizados confrontam seus próprios produtos sociais – acima de tudo suas relações econômicas - como uma objetividade alienada sobre a qual eles não têm nenhum controle, que para Marx sustenta o estado moderno. Onde o trabalho individual não é espontaneamente dividido, mas diretamente parte do trabalho da comunidade mais ampla, relações ‘econômicas’ e atividades são sujeitas ao controle social direto e uma força mediadora separada que busca se impor sobre o interesse comunal é supérflua.” Derek Sayer, “The Critique of Politics and Political Economy: Capitalism, Communism, and the State in Marx’s Writings of the Mid-1840s,” *The Sociological Review* 33, no. 2 (1985), p. 239.

<sup>14</sup> Marx, “On the Jewish Question,” p. 234.

<sup>15</sup> Ver Marx’s “Excerpts from James Mill’s Elements of Political Economy” e o capítulo sobre “Estranged Labour” em Marx’s Economic and Philosophical Manuscripts, ambos em *Karl Marx: Early Writings*.

<sup>16</sup> Lucio Colletti, introdução a *Karl Marx: Early Writings*, p. 54.

algo sobre o qual elas, como indivíduos separados, não têm nenhum controle... elas se encontram em oposição direta à forma pela qual, até hoje, os indivíduos, dos quais consiste a sociedade, têm dado a si mesmos expressão coletiva, ou seja, o estado; a fim, portanto, de se afirmarem como indivíduos, eles devem derrubar o estado”<sup>17</sup>.

O que fica claro acima é que Marx não possuía uma visão instrumental do estado como um mero aparato que pode ser administrado por diferentes classes sociais. Era a expressão burguesa do ilusório interesse geral em uma sociedade dividida: os interesses da propriedade privada reforçados geralmente. Entretanto, o leitor pode estar ponderando onde entra a teoria de Marx da *ditadura do proletariado*, um *estado* de transição caracterizado pela “conquista do poder político por esta classe”<sup>18</sup>. De fato, na própria *Ideologia Alemã*, a teoria da ditadura do proletariado (que ainda não havia recebido este nome) é apresentada claramente: “... cada classe que visa a dominação, mesmo quando sua dominação, como é o caso do proletariado, leva à abolição da velha forma da sociedade em sua totalidade e da dominação em geral, deve primeiro conquistar o poder político a fim de representar seu interesse, por sua vez, como interesse geral, o que no primeiro momento é forçada a fazer”<sup>19</sup>. O proletariado deve representar seu interesse como interesse geral porque ele deve derrubar a velha sociedade na sua totalidade, transformando não somente suas próprias condições de vida, mas aquelas de outras classes também. Não é simplesmente uma questão de igualar as condições sociais, mas de *derrubar* uma relação social de classe que se espalhou por todo o globo: a do trabalho assalariado e do capital.

Embora seus primeiros escritos tenham focado o estado burguês como uma forma histórica específica, a definição transhistórica de Marx do “estado” em geral é também apresentada na *Ideologia Alemã*, quando Marx descreve o estado como “a forma na qual os indivíduos de uma classe dominante afirmam seus interesses comuns”<sup>20</sup>. Esta definição, é claro, não descreve as feições específicas de nenhum estado real ou classe histórica de estados. Qualquer estado, não obstante, requer alguma organização de forças armadas, legislação, justiça, etc., e um “estado operário” não seria

---

<sup>17</sup> Marx e Engels, *The German Ideology*, p. 88.

<sup>18</sup> Karl Marx, “Marx to Bolte, 23 Nov. 1871,” em *Karl Marx: Selected Writings*, ed. David McLellan Oxford: Oxford University Press, 1977, p. 589.

<sup>19</sup> Marx e Engels, *The German Ideology*, p. 52-53.

<sup>20</sup> *Ibid.*, p. 99.

exceção. *O que é significativo acerca da definição acima, contudo, é que ela torna contíguos os conceitos de “estado” e “dominação de classe”*<sup>21</sup>. Na mesma página, encontramos também uma excelente descrição do estado *burguês*:

“Pelo mero fato de que é uma *classe* e não mais um *estado*, a burguesia é forçada a se organizar não mais localmente, mas nacionalmente, e dar uma forma geral a seus interesses médios. Pela emancipação da propriedade privada da comunidade, o estado tornou-se uma entidade separada, ao lado e por fora da sociedade civil; mas não é nada mais do que a forma de organização que a burguesia foi compelida a adotar, tanto para propósitos internos quanto externos, e para a mútua garantia de sua propriedade e interesses”<sup>22</sup>.

Para Marx, a participação popular da classe operária na governança é uma rota necessária para uma economia racionalmente planejada, ou a abolição da sociedade civil burguesa. Quando os operários – a vasta maioria – reclamarem o poder político alienado às hierarquias burocráticas, eles subordinarão o poder de estado às suas necessidades econômicas, elevando a sociedade civil ao reino da política. Iremos agora olhar as visões de Marx sobre a transição para o socialismo.

### **Ditadura do Proletariado**

Para entender a visão de Marx sobre a transição para o socialismo, é útil retornar às suas “Notas Críticas Sobre o Artigo ‘O Rei da Prússia e a Reforma Social’”, onde a emancipação social é identificada com o espírito da revolução proletária. Marx escreve: “Toda revolução – a *derrubada* do poder dominante existente e a *dissolução* da velha ordem – é um *ato político*. Mas sem revolução o *socialismo* não pode ser tornado possível. Ele precisa deste ato político tanto quanto ele precisa da *destruição* e *dissolução*. Mas logo que suas *funções organizativas* começam e seu *objetivo*, seu

---

<sup>21</sup>Por exemplo: “A abolição do estado tem significado para os Comunistas, apenas como a consequência necessária da abolição das classes, com a qual a necessidade do poder organizado de uma classe para manter as outras subjugadas automaticamente desaparece”. Karl Marx, “Review: Le socialisme et l’impôt, par Emile de Girardin,” em *Karl Marx and Friedrich Engels, Collected Works*, Vol. 10. New York: International Publishers, 1978, p. 333

<sup>22</sup>Marx e Engels, *The German Ideology*, p. 99. Marx fez uma declaração similar alguns anos mais tarde: “O estado burguês não é nada mais do que uma garantia mútua da classe burguesa contra seus próprios membros individuais, bem como contra a classe explorada, uma garantia que deve se tornar mais e mais custosa e aparentemente mais e mais autônoma com respeito à sociedade burguesa, uma vez que a supressão da classe explorada se torna mais e mais difícil.” Marx, “Review: Le socialisme et l’impôt,” p. 330.



*espírito* emerge, o socialismo deixa de lado sua máscara política”<sup>23</sup>. Aqui podemos ver a emergência de um conceito distinto de transição para o socialismo. Isto é um tanto desenvolvido como um entendimento distinto do *poder político* na crítica de Marx a Proudhon:

A classe trabalhadora substituirá, no curso de seu desenvolvimento, a antiga sociedade civil por uma associação que excluirá as classes e seu antagonismo, e não haverá mais poder político propriamente dito, pois que o poder político é precisamente o resumo oficial do antagonismo na sociedade civil... Não digais que o movimento social exclui o movimento político. Não haverá jamais movimento político que não seja social ao mesmo tempo. Não será senão numa ordem de coisas na qual não haja mais classes e antagonismo de classes, que as evoluções sociais deixarão de serem revoluções políticas.<sup>24</sup>

Aqui vemos o desenvolvimento do conceito de poder político proletário (ou “poder estatal” como Marx algumas vezes se referiu a ele): ele tem um espírito social ao contrário de qualquer forma prévia de poder político, mas este poder de classe necessariamente toma uma forma política (estado) porque durante o processo de transição para o socialismo os antagonismos da sociedade civil ainda não foram completamente abolidos. Mais tarde Marx rotularia esta fase de transição o período da *ditadura do proletariado*. Isto, muito simplesmente, significava a dominação política da classe operária. Este período de transição, como Marx o concebeu, não implica a existência de uma forma transitória de sociedade interposta entre, e distinta do, capitalismo e comunismo. O período de transição é essencialmente um período de mudança revolucionária. “Entre a sociedade capitalista e comunista”, escreveu Marx, “coloca-se o período da transformação revolucionária de um no outro”<sup>25</sup>. A *raison d’être* do poder do estado proletário é transformar os meios de produção em propriedade comum, levar a cabo a “expropriação dos expropriadores”, como Marx descreveu o objetivo da Comuna de Paris<sup>26</sup>.

Um texto pouco conhecido de Marx, seu “Notas Sobre o Livro de Bakunin *Estatismo e Anarquia*”, explica o conceito de ditadura do proletariado mais claramente

---

<sup>23</sup> Karl Marx, “Critical Notes on the Article ‘The King of Prussia and Social Reform. By a Prussian,’” em *Karl Marx: Early Writings*, p. 420.

<sup>24</sup> Karl Marx, *The Poverty of Philosophy*. New York: International Publishers, 1992, p. 126.

<sup>25</sup> Karl Marx, *Critique of the Gotha Programme*. New York: International Publishers, 1970, p. 18.

<sup>26</sup> Karl Marx, “The Civil War in France,” em Karl Marx e Friedrich Engels, *Writings on the Paris Commune*, ed. Hal Draper. New York: Monthly Review Press, 1971, p. 76.

do que qualquer outro. Em seu livro, Bakunin ridiculariza o conceito de Marx de ditadura do proletariado como poder de estado de transição e Marx responde criticamente em suas “Notas”. Bakunin escreve: “Se existe um estado, então há dominação e conseqüentemente escravidão. Um estado sem escravidão, aberta ou camuflada, é inconcebível – eis por que somos inimigos do estado. O que significa, ‘o proletariado elevado a uma classe governante’?”<sup>27</sup> Marx responde: “Significa que o proletariado, em vez de lutar em instâncias individuais contra as classes economicamente privilegiadas, ganhou força e organização suficientes para usar meios gerais de coerção em sua luta contra elas; mas somente pode fazer uso de tais meios econômicos quando abolir seu próprio caráter como trabalhadores assalariados e, logo, como classe; quando sua vitória estiver completa, seu domínio também estará, portanto, no fim, uma vez que seu caráter de classe desaparecerá”<sup>28</sup>. A afirmação de que pela revolução o proletariado será “elevado a uma classe governante” não tem nada a ver, assim, com a criação de uma ditadura de uma seita política, mas sim com uma afirmação de que o proletariado usará “meios gerais de coerção” para minar o poder da burguesia (pela abolição da propriedade privada dos meios de produção, dissolução do exército regular, e assim por diante). É o proletariado inteiro que exercerá este poder. Bakunin pergunta: “irão todos os 40 milhões [de trabalhadores alemães] ser membros do governo?”<sup>29</sup> Marx responde: “Certamente! Pois o sistema começa com o autogoverno das comunidades”<sup>30</sup>. Esta afirmação é certamente contundente, mas há outros lugares no texto onde Marx transmite mais sutilmente sua concepção radical de democracia proletária. Quando escreve sobre poder proletário e campesinato, Marx escreve que: “o proletariado... deve, *como governo*, tomar as medidas necessárias...”<sup>31</sup>, identificando o governo transitório com o proletariado como classe. Outro exemplo: citando a crítica de Bakunin, Marx insere um revelador comentário entre parênteses: “O dilema na teoria dos marxistas é facilmente resolvido. Pelo governo popular eles (*isto é*,

---

<sup>27</sup>Michael Bakunin, *Statism and Anarchy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, p. 178.

<sup>28</sup>Karl Marx, “Notes on Bakunin’s Book Statehood and Anarchy,” em Karl Marx e Friedrich Engels, *Collected Works*, Vol. 24. New York: International Publishers, 1989, p. 51.

<sup>29</sup>Bakunin, *Statism and Anarchy*, p. 178.

<sup>30</sup>Marx, “Notes,” p. 519.

<sup>31</sup>*Ibid.*, p. 517 (ênfase adicionada).

*Bakunin*) entende o governo do povo por um pequeno número de representantes escolhidos (eleitos) pelo povo”<sup>32</sup>. Aqui Marx está, muito claramente, implicando que ele *não* entende “governo popular” ou governo operário, como o governo do povo por um pequeno número de representantes eleitos pelo povo. Isto é uma clara indicação de que Marx é ainda fiel a sua crítica de 1843 da democracia burguesa.

Claramente, a concepção de governo “proletário” é distinta do estado burguês, ou de qualquer forma prévia de poder estatal. Como Marx torna claro nas afirmações acima, ele está se referindo a um “governo” proletário apenas no sentido de que a classe operária usa meios gerais de coerção para reforçar seus objetivos. O governo proletário não é usado por Marx para significar que algum grupo de elite (presumivelmente os intelectuais, como Bakunin argumentou) que usaria meios gerais de coerção sobre o conjunto do proletariado, pois isto excluiria o “autogoverno” da classe operária. Ao invés disso, o proletariado *como um todo* afirmaria seus interesses de classe sobre uma classe *alienada* (pela abolição da propriedade privada, expropriação dos capitalistas e socialização dos meios de produção, dissolução do exército regular, etc.). Para os anarquistas, que com frequência definem estes termos um tanto diferentemente, muito da confusão acerca da afirmação de Marx de que proletariado deve exercer poder político parece estar baseada no uso frequente por Marx das palavras “estado” e “governo”. Mas como vimos, não há nada antidemocrático acerca do significado que Marx atribuiu a estas palavras. Muitos anarquistas, ao contrário de Marx, *definem* o estado em termos de domínio da minoria. É fácil para alguém que usa este tipo de definição ler a menção de Marx de um “estado” proletário e imediatamente associá-lo com opressão e distanciamento do controle popular efetivo. O problema é que interpretar Marx desta forma cria um número de contradições em seus escritos que desaparecem quando seu arcabouço teórico básico é melhor compreendido<sup>33</sup>.

Outro exemplo do uso por Marx da ideia de ditadura do proletariado vem de um

---

<sup>32</sup>*Ibid.*, p. 519 (ênfase adicionada).

<sup>33</sup>Bakunin, por exemplo: “Eles [os marxistas] dizem que este jugo do estado, esta ditadura, é um dispositivo transitório necessário para atingir a libertação total do povo: anarquia, ou liberdade, é o objetivo, e o estado, ou ditadura, os meios. Assim, para que as massas sejam libertadas, elas devem primeiro ser escravizadas. No momento, nós concentramos nossa polêmica nesta contradição.” Bakunin, *Statism and Anarchy*, p. 179.

ensaio sobre “Indiferentismo Político” que critica tanto os proudhonistas quanto os bakuninistas. Marx reconhece que os operários devem lutar contra o *estado burguês*, mas também que uma forma revolucionária de estado é necessária antes que as classes sociais como tais desapareçam. Marx pretende falar por seus oponentes:

Se na luta política contra o estado burguês os operários tiverem sucesso apenas em extrair concessões, então eles são culpados de compromisso; e isto é contrário a princípios eternos... Se a luta política da classe operária assume formas violentas e se os operários substituem a ditadura da classe burguesa com sua própria ditadura revolucionária, então eles são culpados do terrível crime de *lèse-principe*; pois, a fim de satisfazer suas miseráveis necessidades diárias profanas e esmagar a resistência da classe burguesa, eles, ao invés de depor suas armas e abolir o estado, dão ao estado uma forma revolucionária e transitória<sup>34</sup>.

Esta passagem ilustra muito claramente que a ditadura do proletariado é simplesmente o poder político de uma classe operária armada. A essência de um “estado operário”, para Marx, era o poder dos trabalhadores, não qualquer liderança em particular no leme do estado<sup>35</sup>.

Além disso, como Hal Draper assinalou, é um erro presumir que a palavra “ditadura” na frase “ditadura do proletariado” se refere a políticas ou formas de governo ditatoriais (distintas das democráticas). De fato, não foi até a última parte do século 19 e mais definitivamente após a revolução russa que o termo “ditadura” veio a adquirir uma conotação especificamente antidemocrática.<sup>36</sup> A origem do termo é do Latim *dictatura*, que se refere a uma gestão emergencial do poder. Depois de 1848, em torno da época em que Marx começou a usar o termo, se tornou relativamente comum os jornalistas lamentarem a “ditadura” ou “despotismo” do povo, que representava uma ameaça ao *status quo*. Em 1849, um político espanhol fez até mesmo um discurso no parlamento, declarando: “É uma questão de escolher entre a ditadura a partir de baixo e a ditadura a

---

<sup>34</sup>Karl Marx, “Political Indifferentism,” em *Political Writings, Volume III: The First International & After*, ed. David Fernbach. New York: Vintage, 1974, p. 327-328.

<sup>35</sup>Uma interessante passagem da *Luta de Classes na França* de Marx discute a criminalização das associações operárias na França: “E o que eram estas associações, senão a união de toda a classe operária contra toda a classe burguesa – a formação do estado operário contra o estado burguês?” Karl Marx, “The Class Struggles in France: 1848 to 1850,” em *Political Writings, Volume II: Surveys From Exile*, ed. David Fernbach. London: Penguin, 1977, p. 84.

<sup>36</sup>Hal Draper, *The Dictatorship of the Proletariat From Marx to Lenin*. New York: Monthly Review Press, 1987, p. 7. Para um tratamento minucioso da trajetória política da palavra “ditadura,” ver a Parte I de Hal Draper, *Karl Marx's Theory of Revolution, Volume III: The “Dictatorship of the Proletariat”* New York: Monthly Review, 1986.

partir de cima; eu escolho a ditadura a partir de cima, uma vez que ela vem de um reino mais puro e mais elevado”<sup>37</sup>. Os revolucionários inclusive usaram a palavra “ditadura” antes de Marx para se referirem à transição para o socialismo. Blanqui, por exemplo, defendeu uma ditadura educativa de um pequeno grupo de revolucionários. O uso por Marx da palavra “ditadura” na frase “ditadura *do proletariado*”, contudo, é original e deliberadamente distinta do uso por Blanqui. Engels enfatizou este ponto em uma passagem sobre Blanqui: “Do fato de que Blanqui concebe toda revolução como o *coup de main* de uma pequena minoria revolucionária, o que se segue por si mesmo é a necessidade da ditadura depois do seu sucesso – a ditadura, por favor notem, não da classe revolucionária inteira, o proletariado, mas do pequeno número daqueles que deram o *coup de main* e que estão eles próprios organizados de antemão sob a ditadura de uma pessoa ou de algumas poucas. Pode-se ver que Blanqui é um revolucionário da geração anterior”<sup>38</sup>. É claro que o modelo leninista de uma seita ou partido político em particular exercendo o poder político é muito mais próximo da concepção blanquista de “ditadura” do que a de Marx e Engels explicitamente criticou esta concepção de como o poder político poderia ser exercido. É também claro que o modelo de Blanqui do domínio por um pequeno grupo de revolucionários tem mais em comum com as fantasias populares sobre Marx do que a ditadura de Marx de *toda a classe proletária*.

### **Tomando de assalto o Paraíso**

Vimos que a democracia radical de Marx formou uma parte importante de sua perspectiva política. Embora não tão explícita em seus estudos econômicos, aos quais Marx devotou tanto de sua vida, sua perspectiva política básica sobressai uma vez mais em sua análise da Comuna de Paris de 1871, um evento marcante na história do movimento operário. É em sua análise da Comuna de Paris que o entendimento de Marx da transição para o socialismo é mais claramente desenvolvido. Olharemos de perto o famoso ensaio de Marx sobre a Comuna, bem como seus rascunhos deste texto.

Em *A Guerra Civil na França*, Marx saúda a Comuna como “uma forma política inteiramente expansiva, ao passo que todas as formas anteriores de governo têm sido

---

<sup>37</sup>Draper, *Karl Marx's Theory of Revolution, Volume III*, p. 71.

<sup>38</sup>*Ibid.*, p. 302.

marcadamente repressivas. Era este o seu verdadeiro segredo: ela era essencialmente um governo da classe operária, o produto da luta da classe produtora contra a apropriadora, a forma política, finalmente descoberta, com a qual se realiza a emancipação econômica do trabalho”<sup>39</sup>. Em seu *Primeiro Rascunho*<sup>40</sup>, Marx também caracterizou a Comuna como “uma Revolução contra o próprio *Estado*”. Aqui ele está se referindo especificamente ao poder executivo centralizado da França, que não foi rompido por revoluções anteriores. Marx enfocou a ruptura da Comuna com esta maquinaria estatal e a retomada do poder pelas massas: “Foi a Revolução contra o próprio *Estado*, este aborto sobrenatural da sociedade, uma retomada do povo para o povo de sua própria vida social. Não foi uma revolução para transferi-la de uma fração das classes dominantes para a outra, mas uma Revolução para derrubar esta mesma horrenda maquinaria de dominação de classe”<sup>41</sup>.

Embora a terminologia de Marx seja um pouco diferente de outras partes de seus escritos (onde ele se referiu ao exercício do poder de estado pelo proletariado), os principais pontos de sua visão da emancipação do proletariado permaneceram constantes: o proletariado exerce o poder político por meios gerais de coerção sobre a classe capitalista, e o faz *como uma classe*, em vez de mediante um grupo de indivíduos de elite acima do restante da classe dominante, usando métodos democráticos que seriam apropriados na futura sociedade comunista. A frequente alegação de que Marx simplesmente adotou a visão anarquista de estado após a Comuna de Paris não poderia estar mais longe da verdade. O parasítico estado da burguesia da França seria destruído, mas em 1871 Marx não cessou de demandar o poder de *estado* para a classe operária<sup>42</sup>.

O método de organização política adotado na Comuna de Paris é também descrito como “a reabsorção do poder do Estado pela sociedade como suas próprias

---

<sup>39</sup>Marx, “The Civil War in France,” p. 76.

<sup>40</sup> O autor se refere aos rascunhos que Marx fez antes da versão final do seu texto sobre a Comuna de Paris (Nota da RMA).

<sup>41</sup>Karl Marx, “The First Draft,” em Marx e Engels, *Writings on the Paris Commune*, p. 150.

<sup>42</sup>Ver Karl Marx, “The Second Draft,” em Marx e Engels, *Writings on the Paris Commune*, p. 195-196: Citando com aprovação uma proclamação do Comitê Central da Guarda Nacional, Marx acrescentou um comentário entre parênteses: “‘Eles [os proletários da capital] compreenderam que era seu dever imperioso e seu direito absoluto tomar em suas mãos seu próprio destino pela tomada do poder político’ (poder de estado).”

forças vitais ao invés das forças que a controlam e submetem”<sup>43</sup>. Esta “reabsorção” foi alcançada quando a Comuna eliminou “completamente a hierarquia do estado” e substituiu os “arrogantes amos do povo” por “servidores sempre removíveis” atuando “continuamente sob supervisão pública”.<sup>44</sup> A Comuna desafiou “a ilusão, como se a administração e o governo político fossem mistérios, funções transcendentais a serem confiadas somente às mãos de uma casta treinada”<sup>45</sup>. Nos escritos de Marx sobre a Comuna de Paris, podemos ver novamente o apoio de Marx, expressado tão cedo quanto 1843, a um público apto a “deliberar e decidir sobre os assuntos públicos *por si mesmo*”<sup>46</sup>. Vemos a reaparição dos temas de sua *Crítica de Hegel: democracia direta*<sup>47</sup> mediante delegados responsáveis, a eliminação da burocracia e seus mistérios concomitantes. Marx inclusive chamou os parisienses da Comuna de “tropas de assalto do paraíso” e os contrastou com “os escravos do paraíso do Sacro Império Romano-Germânico”<sup>48</sup>. É possível que Marx estivesse usando sua identificação de 1843 do estado burguês como o “paraíso” da sociedade civil. Os parisienses *tomaram de assalto o paraíso* no sentido em que eles conquistaram o poder político que fora antes incisivamente separado de suas profanas existências. A Comuna facilmente tornou-se o modelo de Marx para o estado proletário transitório.<sup>49</sup> Marx elogiou os operários de Paris por terem “tomado a administração real de sua Revolução em suas próprias mãos e [por terem] encontrado ao mesmo tempo, em caso de sucesso, os meios para mantê-la nas mãos do próprio Povo, substituindo a maquinaria do Estado, a máquina

---

<sup>43</sup> Marx, “The First Draft,” p. 152.

<sup>44</sup> *Ibid.*, p. 153.

<sup>45</sup> *Ibid.*, p. 153. Marx escreveu, em sua crítica de 1843 a Hegel: “O espírito universal da burocracia é o sigilo, é o mistério preservado dentro de si mesma por meio da estrutura hierárquica e aparecendo ao mundo exterior como uma corporação autossuficiente ....” Marx, “Critique of Hegel’s Doctrine of State,” p. 108.

<sup>46</sup> Marx, “Critique of Hegel’s Doctrine of State,” p. 193.

<sup>47</sup> Marx nunca utilizou o termo “democracia direta”, pois pressupõe a separação que o comunismo visa justamente abolir, entre o político e o social (e “econômico”), pois o “autogoverno dos produtores”, “livre associação dos produtores”, remete a um processo de autogestão generalizada, não apenas do que na sociedade atual se chama política, mas de todas as relações sociais. (Nota RMA).

<sup>48</sup> Karl Marx, “Letter by Marx of April 12, 1871 (to Dr. Kugelmann),” em Marx e Engels, *Writings on the Paris Commune*, p. 221-222.

<sup>49</sup> Sobre este tema, ver Monty Johnstone, “The Paris Commune and Marx’s Conception of the Dictatorship of the Proletariat,” *The Massachusetts Review* 12, no. 3, (1971).

governamental das classes dominantes, por uma máquina governamental própria”<sup>50</sup>. Aqui vemos que o próprio processo de transição deve ser autogerido pelos operários. A oposição às concepções blanquistas não poderia ser mais autoevidente.

Em seu Segundo Rascunho, Marx faz uma afirmação inclusive mais clara da natureza prefigurada da ditadura do proletariado: “a classe operária não pode simplesmente apossar-se da maquinaria estatal pronta e utilizá-la para seus próprios propósitos. O instrumento político de sua escravidão não pode servir como instrumento político de sua emancipação”<sup>51</sup>. Derek Sayer enfatizou este aspecto da ditadura do proletariado. Ele escreve que romper a separação entre o estado e a sociedade civil “não é para Marx um dos objetivos remotos do comunismo, mas uma parte indispensável de quaisquer *meios* concebíveis para sua consecução. O que precisa ser compreendido é que Marx está sendo tão materialista aqui quanto em sua crítica aos anarquistas. Se o objetivo é a autoemancipação do trabalho os meios *têm* de ser ‘prefigurativos’, pois estes são os únicos que funcionarão”<sup>52</sup>. Para Marx, esta forma de poder pode ser um “estado” da perspectiva de sua função *política*, coercitiva de desarraigar as fundações da dominação do capital. Não pode ser um “estado” no sentido de uma “excrecência parasítica” usurpando poder da massa dos operários<sup>53</sup>.

Uma passagem do Primeiro Rascunho enfocando a *organização* da Comuna merece ser olhada bem de perto:

Em um grosseiro esboço de organização nacional que a Comuna não teve tempo de desenvolver, afirma-se claramente que a Comuna seria a forma política até mesmo do menor povoado do país, e que nos distritos rurais o exército regular seria substituído por uma milícia nacional, com um termo de serviço extremamente curto. As comunas rurais de cada distrito administrariam seus assuntos comuns por uma assembleia de delegados na cidade central e estas assembleias distritais de novo enviariam deputados para a Delegação Nacional em Paris, cada delegado com mandato revogável a qualquer tempo e restrito pelo *mandat impératif* (instruções formais) de seus constituintes. As poucas mas importantes funções que ainda restariam para um governo central não seriam suprimidas, como foi intencionalmente difamado, mas ficariam a encargo por agentes comunais, e portanto estritamente responsáveis. A unidade da nação não seria quebrada mas, ao

---

<sup>50</sup>Marx, “The First Draft,” p. 162.

<sup>51</sup> Marx, “The Second Draft,” p. 196.

<sup>52</sup>Derek Sayer, “Revolution Against the State: The Context and Significance of Marx’s Later Writings,” *Dialectical Anthropology* 12, no. 1, 1987, p. 76.

<sup>53</sup>Marx, “The Civil War in France,” p. 74.



contrário, seria organizada pela Constituição Comunal e se tornaria uma realidade pela destruição do poder do Estado que proclamava ser a personificação daquela unidade independente da, e superior a, própria nação, da qual era apenas uma excrescência parasítica. Embora os órgãos meramente repressivos do velho poder governamental seriam amputados, suas funções legítimas seriam arrancadas de uma autoridade usurpando a preeminência sobre a própria sociedade e restaurado aos agentes responsáveis da sociedade. Em vez de decidir uma vez a cada três ou seis anos que membro da classe dominante deveria representar mal o povo no Parlamento, o sufrágio universal serviria ao povo, constituído em Comunas, como o sufrágio individual serve a cada empregador na procura por trabalhadores ou gerentes em seu negócio. E é fato bem conhecido que as empresas, tal como os indivíduos, em matéria de negócios reais geralmente sabem como colocar o homem certo no lugar certo e, se alguma vez cometerem um erro, como prontamente corrigi-lo. Por outro lado, nada poderia ser mais estranho ao espírito da Comuna do que substituir o sufrágio universal por uma investidura hierárquica.<sup>54</sup>

Marx viu os delegados com mandato revogável da Comuna como um exemplo do poder de estado da classe operária em ação. Recordemos a descrição de Marx de 1843 do estado burguês: “A separação do estado político da sociedade civil toma a forma de uma separação dos deputados de seus eleitores.”<sup>55</sup> Marx claramente pensava que a Comuna exibia a tendência oposta. Aqui vemos um vívido contraste entre a maquinaria burocrática do estado francês e a “maquinaria governamental” dos operários. Richard N. Hunt, escrevendo sobre a Comuna, destaca o que chamou de “duplo uso” por Marx e Engels da palavra “estado”, que pode funcionar como um duplê para a maquinaria parasítica de estado burguês, ou como uma descrição geral da dominação de classe organizada: “O exército parasita em tempo integral desapareceu, mas a Guarda Nacional em tempo parcial permaneceu como o instrumento coercitivo do estado operário. Aqui se pode perceber sob o foco mais claro o duplo uso de Marx e Engels: o estado parasita seria esmagado imediatamente; o estado como instrumento de coerção de classe permaneceria até que sua necessidade se desvanecesse”<sup>56</sup>.

Marx faz outra importante distinção entre a Comuna e o governo normal da burguesia: “A Comuna seria um corpo em funcionamento, não parlamentar, executivo e legislativo ao mesmo tempo”<sup>57</sup>. Os delegados seriam geralmente responsáveis por

---

<sup>54</sup>Marx, “The Civil War in France,” p. 74.

<sup>55</sup>Karl Marx, “Critique of Hegel’s Doctrine of State,” p. 193-194.

<sup>56</sup>Richard N. Hunt, *The Political Ideas of Marx and Engels, Volume II: Classical Marxism, 1850-1895* (Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1984), p. 12.

<sup>57</sup>Marx, “The Civil War in France,” p. 73.

efetivar decisões legislativas, em vez de simplesmente votarem nelas. Como Marx colocou em seu Segundo Rascunho de *A Guerra Civil na França*, “o estado burguês moderno é personificado em dois grandes órgãos, parlamento e governo [o executivo]”<sup>58</sup>. O parlamentarismo não é identificado com o controle efetivo a partir de baixo, mas sim com políticos profissionais que não são verdadeiramente responsáveis ao público. Em uma carta de 1888 para Laura Lafargue, Engels fala das ilusões políticas francesas: “Porque, se os franceses não enxergam nenhuma outra questão além do governo pessoal *ou* parlamentar, então eles podem muito bem desistir”<sup>59</sup>. Claramente, a solução não é mais poder para um dos dois “grandes órgãos” do estado burguês, mas sim uma integração de suas funções sob o controle dos operários revolucionários. Na Comuna Marx viu a destruição do estado burguês e a democratização do poder executivo. Hal Draper escreve sobre o tema:

Na visão de Marx, a abolição da separação dos poderes, longe de ser um expediente temporário ou provisório, era uma necessidade básica para um governo verdadeiramente democrático. Ele reiterou sua visão em seu artigo de 1851 sobre a constituição francesa, depois de citar a declaração da mesma de que “a divisão dos poderes é a condição primária para um governo livre.” [Marx: ] “Aqui temos a velha tolice constitucional. A condição de um ‘governo livre’ não é a *divisão* mas a *união* do poder. A maquinaria do governo não pode ser tão simples. É sempre um truque de valete torná-la complicada e misteriosa.”<sup>60</sup>

Note-se o desejo de Marx pela simplificação do governo, que caminha de mãos dadas com seu desdém vitalício pelo misterioso reino da burocracia. Os operários devem *entender* seu governo se eles devem governar.

Vimos como, nos anos 1840, Marx descreveu o estado burguês como “uma entidade separada, ao lado e fora da sociedade civil.”<sup>61</sup> Também vimos como a Comuna representou a “reabsorção” pelo povo de um poder de estado “parasítico”. Em uma notável passagem de 1891, Engels reuniu algumas destas diferentes ideias para fazer um valioso contraste entre o poder de estado proletário e as formas anteriores de poder estatal. Vale citá-lo na íntegra:

---

<sup>58</sup>Marx, “The Second Draft,” p. 196.

<sup>59</sup>Friedrich Engels, “Engels to Laura Lafargue,” em Karl Marx e Friedrich Engels, *Collected Works*, Vol. 48, New York: International Publishers, 2001, p. 190.

<sup>60</sup>Hal Draper, *Karl Marx's Theory of Revolution, Volume I: The State and Bureaucracy*, New York: Monthly Review Press, 1977, p. 316.

<sup>61</sup>Marx, “The Civil War in France,” p. 74.

A Comuna teve mesmo de reconhecer, desde logo, que a classe operária, uma vez chegada à dominação, não podia continuar a administrar com a velha máquina de Estado; que esta classe operária, para não perder de novo a sua própria dominação, acabada de conquistar, tinha, por um lado, de eliminar a velha maquinaria de opressão até aí utilizada contra si própria, mas, por outro lado, de precaver-se contra os seus próprios deputados e funcionários, ao declarar estes, sem qualquer exceção, revogáveis a todo o momento. Em que consistia a qualidade característica do Estado, até então? A sociedade tinha criado originalmente os seus órgãos próprios, por simples divisão de trabalho, para cuidar dos seus interesses comuns. Mas estes órgãos, cuja cúpula é o poder de Estado, tinham-se transformado com o tempo, ao serviço dos seus próprios interesses particulares, de servidores da sociedade em senhores dela<sup>62</sup>. Como se pode ver, por exemplo, não meramente na monarquia hereditária, mas igualmente na república democrática. Em parte alguma os «políticos» formam um destacamento da nação mais separado e mais poderoso do que precisamente na América do Norte. Ali, cada um dos dois grandes partidos aos quais cabe alternadamente a dominação é ele próprio governado por pessoas que fazem da política um negócio, que especulam com lugares nas assembleias legislativas da União e de cada um dos Estados, ou que vivem da agitação para o seu partido e são, após a vitória deste, recompensados com cargos. É sabido que os americanos procuram, desde há trinta anos, sacudir este jugo tornado insuportável e que, apesar de tudo, se atascam sempre mais fundo nesse pântano da corrupção. É precisamente na América que podemos ver melhor como se processa esta autonomização do poder de Estado face à sociedade, quando originalmente estava destinado a ser mero instrumento desta. Não existe ali uma dinastia, uma nobreza, um exército permanente — excetuados os poucos homens para a vigilância dos índios — nem burocracia com emprego fixo ou direito à reforma. E, não obstante, temos ali dois grandes bandos de especuladores políticos que, revezando-se, tomam conta do poder de Estado e o exploram com os meios mais corruptos para os fins mais corruptos — e a nação é impotente contra estes dois grandes cartéis de políticos pretensamente ao seu serviço, mas que na realidade a dominam e saqueiam. Contra esta transformação, inevitável em todos os Estados até agora existentes, do Estado e dos órgãos do Estado, de servidores da sociedade em senhores da sociedade, aplicou a Comuna dois meios infalíveis. Em primeiro lugar, ocupou todos os cargos administrativos, judiciais, docentes, por meio de eleição por sufrágio universal dos interessados, e mais, com revogação a todo o momento por estes mesmos interessados. E, em segundo lugar, ela pagou por todos os serviços, grandes e pequenos, apenas o salário que outros operários recebiam. O ordenado mais elevado que ela pagava era de 6000 francos. Assim se fechou a porta, eficazmente, à caça aos cargos e à ganância da promoção, mesmo sem os mandatos imperativos que, além do mais, no caso dos delegados para corpos representativos ainda foram acrescentados.<sup>63</sup>

---

<sup>62</sup>Comparar a seguinte passagem do Primeiro Rascunho de Marx da *Guerra Civil na França*: “Os camponeses foram a base econômica passiva do Segundo Império, daquele último triunfo de um Estado separado e independente da sociedade. Somente os proletários, inflamados por uma nova tarefa social a realizar por eles mesmos para toda a sociedade, eliminar todas as classes e a dominação de classe, foram os homens a romper o instrumento daquela dominação de classe – e Estado, o poder governamental centralizado e organizado que usurpa ser o senhor em vez do servo da sociedade” (Marx, “The First Draft,” p. 151).

<sup>63</sup>Friedrich Engels, “Introduction,” em Marx e Engels, *Writings on the Paris Commune*, p. 32-33.

Esta passagem enfatiza com muita força o caráter especial do poder de estado proletário. Richard N. Hunt descreve habilmente a “linha central” da análise de Marx e Engels da Comuna de Paris como “o desejo de desburocratizar ou, mais amplamente, remover do controle profissional a vida pública, para criar uma democracia sem profissionais. Isto é a característica realmente crucial e distintiva do estado operário como concebido por Marx e Engels... A remoção do controle profissional é o remédio para a tendência parasítica que existiu em todos os estados anteriores. É exatamente o que envolve o ‘esmagar’ da maquinaria do estado e em ‘reabsorver’ o poder de estado”<sup>64</sup>. O pagamento de salários de operário aos funcionários, mencionado por Engels, é um exemplo claro desta remoção do controle profissional.

Alguns críticos podem ver o foco na Comuna de Paris como restrito a fazer Marx e Engels parecerem muito hostis ao estado burguês, quando de fato sua política foi muito mais ambígua. Não defenderam eles a participação nas eleições burguesas e a eleição de candidatos operários para o parlamento? De fato, em alguns países, eles podem inclusive pensar que uma maioria parlamentar da classe operária poderia ser usada para uma transição pacífica para o socialismo<sup>65</sup>. Para muitos anarquistas, este é o aspecto definidor do pensamento político de Marx e seu suposto autoritarismo é considerado provado com base nesta evidência. Deixando de lado a questão do valor relativo da política eleitoral, é válido perguntar se há necessariamente qualquer contradição em defender o uso dos parlamentos burgueses ao mesmo tempo que se espera sua substituição por uma organização do tipo Comunal; em outras palavras, pode-se insistir na mais completa democratização possível enquanto se participa em

---

<sup>64</sup>Hunt, *The Political Ideas of Marx and Engels, Volume II*, p. 160-161.

<sup>65</sup>A seguinte passagem de 1878, que enfatiza que tal transição pode não permanecer pacífica, é um bom exemplo de Marx mencionando a vitória de uma maioria parlamentar: “Um desenvolvimento histórico pode permanecer ‘pacífico’ apenas até que quaisquer entraves forçados sejam postos no caminho pelos senhores existentes de uma sociedade. Se, por exemplo, na Inglaterra ou nos Estados Unidos, a classe operária obtivesse uma maioria no Parlamento ou Congresso, ela poderia legalmente por um fim às leis e instituições que se colocam no caminho do seu desenvolvimento, embora mesmo aqui somente até onde o desenvolvimento social permita. Pois o movimento ‘pacífico’ ainda poderia se tornar um movimento ‘violento’ pela revolta daqueles cujos interesses estivessem vinculados com a velha ordem. Se tais pessoas fossem então derrubadas pela força (como na Guerra Civil Americana e na Revolução Francesa), seriam os rebeldes contra o poder ‘legal’” (*Ibid.*, p. 337). Notar que o papel da maioria parlamentar não é legislar para trazer o socialismo à existência, mas ajudar a remover os obstáculos ao movimento da classe operária como um todo.

formas governamentais que são menos do que ideais. A suposição anarquista, é claro, é que a participação nas formas burguesas de governo pode apenas ajudar a sustentar tais instituições. Mas o erro advém quando se assume que, uma vez que Marx defendia tal participação, ele também acreditava em manter as formas governamentais do estado burguês no período da dominação proletária.

Como vimos, Marx de fato anteviu uma mudança fundamental ocorrendo quando os operários reabsorvem seus poderes políticos alienados, e o estado torna-se servo em vez de senhor da sociedade. Sem surpresa, esta mudança implica certas mudanças formais como a extensão do princípio de controle democrático para mais áreas da vida pública, a maximização do controle popular sobre delegados eleitos, a remoção do controle profissional da vida pública e um fim para o burocratismo, uma simplificação das funções governamentais e o fim da divisão entre poder executivo e legislativo. Como colocou Richard N. Hunt: “... Marx e Engels nunca imaginaram que os líderes do movimento operário simplesmente se tornariam altos funcionários do estado e governo como um quadro profissional da mesma maneira que seus predecessores burgueses”<sup>66</sup>.

Marx sempre acreditou que alguma democracia era melhor do que nenhuma e mesmo uma limitada democracia burguesa pode apontar para além de si mesma apenas por possibilitar algum grau de participação popular na política. Como colocou no *Dezoito do Brumário de Luís Bonaparte*: “A luta dos oradores na tribuna evoca a luta dos escribas na imprensa; o clube de debates do Parlamento é necessariamente suplementado pelos clubes de debates dos salões e das tabernas; os representantes, que apelam constantemente para a opinião pública, dão à opinião pública o direito de expressar sua verdadeira opinião nas petições. O regime parlamentar deixa tudo à decisão das maiorias; como então as grandes maiorias fora do Parlamento não hão de querer decidir?”<sup>67</sup>. Com relação ao uso do parlamento, Marx foi claro que o problema da transformação social não é resolvido no parlamento, e que os operários não podem simplesmente contar com a sensatez de seus líderes. Hal Draper relata uma instância em

---

<sup>66</sup>*Ibid.*, p. 364.

<sup>67</sup>Karl Marx, “The Eighteenth Brumaire of Louis Bonaparte,” em *Political Writings, Volume II*, p. 190.

que Marx criticou Lassalle sobre estas questões:

Em 1863 Lassalle enviou a Marx um panfleto seu no qual ele se oferecia para a liderança do movimento operário alemão. Marx comentou em uma carta para Engels: “Ele se comporta – com um ar de grande importância, brandindo frases emprestadas de nós – completamente como se ele fosse o futuro ditador dos operários. O problema do trabalho assalariado versus capital ele o resolve como ‘brincadeira de criança’ (literalmente). A saber, os operários devem agitar pelo *sufrágio universal* e então enviar pessoas como ele ‘armadas com a espada desembainhada da ciência [*Wissenschaft*]’ para a Câmara dos Deputados.” Aqui está como Lassalle colocou em seu panfleto, falando ele próprio para os operários: “Quando ele [o sufrágio universal] chegar, podei confiar nele, haverá ao vosso lado homens que entendem a vossa posição e estão devotados à vossa causa – homens, armados com a espada reluzente da ciência, que sabem como defender vossos interesses. E então vós, as classes despossuídas, terão apenas vós mesmos e seu mal voto para culpar se os representantes de vossa causa permanecerem em minoria...”<sup>68</sup>

A crítica de Marx a Lassalle é especialmente valiosa, de vez que ela foi uma crítica de uma noção simplista de revolução-a-partir-de-cima em um contemporâneo de Marx. Marx também criticou a influência prejudicial da perspectiva de Lassalle na *Crítica ao Programa de Gotha*: “Em vez de ‘surgir’ do processo de transformação revolucionário da sociedade, a ‘organização socialista do trabalho total’ [surge] da ‘ajuda do Estado’, que o Estado dá às cooperativas produtivas, que *ele*, [e] não os operários, ‘*chama à vida*’. Que se pode construir com apoio do Estado uma sociedade nova do mesmo modo que uma ferrovia nova, é [bem] digno da imaginação de Lassalle!”<sup>69</sup> A construção de uma nova sociedade é para Marx um processo de autoemancipação. O exercício do poder político é uma parte importante disto: os operários devem assumir o comando, reorganizar a sociedade, e exercer o poder social anteriormente negado a eles. Eis porque o socialismo-a-partir-de-cima de Lassalle é totalmente inadequado.

Muitas pessoas pensam em Marx como um defensor do socialismo-a-partir-de-cima porque ouvem a palavra “centralização” e supõem que Marx defendia algum tipo

---

<sup>68</sup>Hal Draper, *Karl Marx's Theory of Revolution, Volume II: The Politics of Social Classes*. New York: Monthly Review Press, 1978, p. 527-528.

<sup>69</sup>Marx, *Critique of the Gotha Programme*, p. 16.

de arranjo autoritário<sup>70</sup>. Marx não viu as funções do governo central como uma pura limitação da autonomia, mas sim a “unidade da nação” sendo realizada (não destruída) pela erradicação daqueles que administram o estado como uma esfera separada da sociedade civil<sup>71</sup>. A abordagem de Bakunin, por exemplo, carece desta crítica, de vez que ele elogiou os operários parisienses por proclamarem “a completa abolição do estado francês, a dissolução da unidade do estado da França como incompatível com a autonomia das comunas da França”<sup>72</sup>. Aqui podemos ver a dívida de Bakunin para com o socialismo proudhoniano com o qual Marx tão veementemente discordava. Enquanto Bakunin era um inimigo jurado de toda centralização política e econômica, Marx tinha uma perspectiva muito diferente, mas que não era de nenhum modo mais “autoritária”. “A *centralização nacional dos meios de produção* se tornará a base natural de uma sociedade composta de associações de produtores livres e iguais, conduzindo os negócios sociais com base em um plano comum e racional”<sup>73</sup>. Marx pensava que tanto o centralismo (um plano *comum*) e o controle democrático a partir de baixo eram necessários para a construção do socialismo.

### Conclusão

A teoria política de Marx é na verdade amplamente mal compreendida. Todavia, quem quer que tenha estudado os escritos de Marx sobre a Comuna de Paris é levado a concordar com Hal Draper quando ele observa: “... o estado da Comuna, qualquer genuíno estado operário, não é meramente um estado com uma dominação de classe diferente, mas um *novo tipo de estado* no todo”<sup>74</sup>. Esta avaliação é inteiramente consistente com a ênfase de Marx sobre o proletariado como o portador de uma revolução com um espírito social, uma classe única a este respeito. Sua dominação política é também única, até onde vai a dominação política. Como Marx colocou no

---

<sup>70</sup>Com os bakuninistas em mente, Engels certa vez observou: “Parece que as frases ‘autoridade’ e centralização são muito abusadas.” Friedrich Engels, “Engels to Terzaghi,” em Karl Marx e Friedrich Engels, *Collected Works*, Vol. 44, New York: International Publishers, 1989, p. 295.

<sup>71</sup>Marx, “The Civil War in France,” p. 74.

<sup>72</sup>Bakunin, *Statism and Anarchy*, p. 19.

<sup>73</sup>Karl Marx, “The Nationalization of the Land,” em Karl Marx e Friedrich Engels, *Collected Works*, Vol. 23, New York: International Publishers, 1988, p. 136.

<sup>74</sup>Hal Draper, “The Death of the State in Marx and Engels,” *The Socialist Register*, 1970, p. 301.

*Manifesto*: “Todos os movimentos históricos têm sido, até hoje, movimentos de minorias ou em proveito de minorias. O movimento proletário é o movimento independente da imensa maioria em proveito da imensa maioria”<sup>75</sup>.

O mito do estatismo autoritário de Marx floresceu no século 20. O estado soviético, por exemplo, almejou se vestir no manto teórico de Marx – em particular, a pedra-de-toque da ditadura do proletariado. Ademais, a concepção de Bakunin da teoria política de Marx ganhou vida, por assim dizer, com o stalinismo. Não é surpreendente, então, que o marxismo e o anarquismo tenham desenvolvido ideias errôneas espantosamente similares sobre a teoria de estado de Marx. A versão mítica da teoria de Marx é na verdade desacreditada. A real teoria política de Marx, contudo, ainda merece séria consideração.

---

<sup>75</sup>Karl Marx, “The Communist Manifesto,” em *Karl Marx: Selected Writings*, p. 230.